

AVISO-CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS
PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA 2014-2020
(MADEIRA 14-20)

EIXO PRIORITÁRIO 3

Reforçar a Competitividade das Empresas

PRIORIDADE DE INVESTIMENTO (PI)

3.c Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços

OBJETIVO ESPECÍFICO

3.c.1 Desenvolver ações vocacionadas para a melhoria da capacidade competitiva das empresas regionais com o objetivo de consolidar o crescimento económico e acrescentar valor aos processos e aos bens e serviços.

DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

001. Investimento produtivo genérico em pequenas e médias empresas (PME)

TIPOLOGIA DE INTERVENÇÃO

B9 - CRII - Qualificação e inovação das PME

TIPOLOGIA DE OPERAÇÃO

11.03.08.08. Qualificação e inovação das PME - ADAPTAR-RAM

REGULAMENTAÇÃO ESPECÍFICA

Sistema de apoio à adaptação da atividade das PME da Região Autónoma da Madeira ao contexto da pandemia COVID-19, Portaria n.º 248/2020, de 3 de junho - **ADAPTAR-RAM**

DATA DE ABERTURA E DE FECHO:

DATA DE ABERTURA: 8 de junho de 2020

DATA DE FECHO: 31 de julho de 2020

AVISO FEDER: M1420-B9-2020-06

Índice

Preâmbulo.....	2
1. Objetivos e prioridades visadas	2
2. Tipologia das operações e modalidade de candidatura.....	3
3. Natureza dos beneficiários.....	3
4. Área geográfica de aplicação	4
5. Âmbito Setorial.....	4
6. Condições específicas de acesso	4
7. Regras e limites à elegibilidade de despesas.....	6
8. Critérios de seleção das candidaturas	7
9. Limite ao número de candidaturas	7
10. Forma, taxas de financiamento e limites do apoio	7
11. Período para receção das candidaturas.....	8
12. Procedimento para apresentação das candidaturas.....	8
13. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas.....	9
14. Aceitação da decisão	10
15. Modalidades e pagamento do apoio	10
16. Dotação máxima do fundo a conceder	10
17. Indicadores de realização e de resultado	11
18. Programa Operacional Financiador	11
19. Organismo Intermédio responsável pela análise	11
20. Divulgação de resultados e pontos de contato	11
21. Tratamento de Dados Pessoais	12

Preâmbulo

Nos termos do número 1 do artigo 14.º do Regulamento anexo à Portaria n.º 248/2020, de 3 de junho, o **Sistema de apoio à adaptação da atividade das PME da Região Autónoma da Madeira ao contexto da pandemia COVID-19**, doravante designado por **“ADAPTAR-RAM”**, as candidaturas são apresentadas no âmbito de um procedimento concursal, cujo Aviso é divulgado através do **Balcão do Portugal 2020**.

Os projetos apoiados no âmbito do presente sistema de apoio respeitam o **Regulamento (UE) n.º 1407/2013, de 18 de dezembro**, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, (JOUE) nº 352, Série L, de 24 de dezembro de 2013, retificado pelo JOUE nº 107, Série L, de 10 de abril de 2014, **relativo aos auxílios de minimis**.

O presente Aviso-Concurso para apresentação de candidaturas foi elaborado nos termos previstos no n.º 6 do artigo 16.º do **Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)**, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 215/2015, de 6 de outubro, pelo Decreto-Lei nº 88/2018, de 6 de novembro e pelo Decreto-Lei n.º 10-L/2020, de 26 de março e no número 3 do artigo 14.º do Regulamento anexo Portaria n.º 248/2020, de 3 de junho (**ADAPTAR-RAM**), e estipula o seguinte:

1. Objetivos e prioridades visadas

O objetivo deste Aviso-Concurso consiste em **apoiar projetos de PME** (micro, pequenas e médias empresas) na **adaptação dos seus estabelecimentos face às novas condições de distanciamento físico e de higiene no contexto da pandemia COVID-19**, garantindo o cumprimento das normas estabelecidas e das recomendações das autoridades competentes, desde que enquadráveis no artigo 6º do Regulamento anexo à Portaria n.º 248/2020, de 3 de junho (**ADAPTAR-RAM**) e no **Eixo Prioritário 3** – “Reforçar a Competitividade das Empresas”, inseridos na **Prioridade de Investimento 3.C** - “Apoio à criação e alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços” e que contribuam para o **Objetivo Específico 3.C.1** - “Desenvolver ações vocacionadas para a melhoria da capacidade competitiva das empresas regionais com o objetivo de consolidar o crescimento económico e acrescentar valor aos processos e aos bens e serviços”.

Pretende-se, assim, criar condições à **retoma da atividade empresarial, salvaguardando a saúde pública**, apoiando as PME na adaptação dos seus estabelecimentos face às novas condições de distanciamento físico e de higiene no contexto da pandemia COVID-19, como sejam aquisição de equipamentos de proteção individual, de materiais de higienização, alteração do *layout* de funcionamento, novos métodos de organização do trabalho e de relacionamento com os clientes e fornecedores.

Para as candidaturas serem consideradas elegíveis no âmbito do presente Aviso-Concurso devem demonstrar o seu contributo para a prossecução dos objetivos e prioridades acima enunciados.

Pelo presente Aviso-Concurso, são definidas regras específicas. Em tudo o que não esteja previsto neste Aviso, aplica-se o estabelecido na Portaria n.º 248/2020, de 3 de junho, que regulamenta o **“ADAPTAR-RAM”**.

2. Tipologia das operações e modalidade de candidatura

São suscetíveis de financiamento os **projetos de adaptação dos seus estabelecimentos face às novas condições de distanciamento físico e de higiene no contexto da pandemia COVID-19**, a aquisição de equipamentos de proteção individual para trabalhadores e utentes, equipamentos e materiais de higienização, contratos de desinfecção dos locais de trabalho, custos com a alteração do *layout* de funcionamento dos estabelecimentos e reorganização dos locais de trabalho, novos métodos de organização do trabalho e de relacionamento com os clientes e fornecedores, em cumprimento com as normas estabelecidas e das recomendações das autoridades competentes de saúde, de forma a assegurar uma retoma segura da atividade empresarial.

A candidatura assume a natureza de **projeto individual**, apresentado por uma **PME** e segue um **regime simplificado**.

Entende-se por regime simplificado a formalização do processo de candidatura apenas com a apresentação do formulário de candidatura.

3. Natureza dos beneficiários

Os **beneficiários dos apoios** previstos no presente Aviso-Concurso são **PME** (micro, pequenas e médias empresas), de **qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica**, que se proponham desenvolver projetos de investimento que satisfaçam os objetivos e prioridades referidos no Ponto 1, que se enquadrem nas tipologias identificadas no Ponto 2 e que cumpram com os critérios de admissibilidade e de elegibilidade constantes do “ADAPTAR-RAM” e a seguir enunciados.

Estão **excluídos** projetos apresentados pelo setor público empresarial.

Considera-se:

- a) «**Empresa**», qualquer entidade que, independentemente da sua forma jurídica, exerce uma atividade económica, através da oferta em concorrência de bens ou serviços no mercado, sendo, nomeadamente, consideradas como tais as entidades que exercem uma atividade artesanal ou outras atividades a título individual ou familiar e as sociedades de pessoas ou as associações que exercem regularmente uma atividade económica;
- b) «**Microempresa**», empresa que emprega menos de 10 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros;
- c) «**Pequena empresa**», empresa que emprega menos de 50 pessoas e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 10 milhões de euros;
- d) «**Média empresa**», empresa que emprega menos de 250 pessoas e cujo volume de negócios não excede 50 milhões de euros ou balanço total anual não excede 43 milhões de euros;
- e) «**Empresa única**», conforme estabelecido no Regulamento (UE) n.º 1407/2013, de 18 de dezembro, publicado no JOUE n.º 352, Série L, de 24 de dezembro de 2013, retificado pelo JOUE n.º 107, Série L, de 10 de abril de 2014, relativo aos auxílios de *minimis*, inclui todas as empresas que têm, entre si, pelo menos uma das seguintes relações:
 - i. Uma empresa detém a maioria dos direitos de voto dos acionistas ou sócios de outra empresa;
 - ii. Uma empresa tem o direito de nomear ou exonerar uma maioria dos membros do órgão de administração, de direção ou de fiscalização de outra empresa;

- iii. Uma empresa tem o direito de exercer influência dominante sobre outra empresa por força de um contrato com ela celebrado ou por força de uma cláusula dos estatutos desta última empresa;
- iv. Uma empresa acionista ou sócia de outra empresa controla sozinha, por força de um acordo celebrado com outros acionistas ou sócios dessa outra empresa, uma maioria dos direitos de voto dos acionistas ou sócios desta última.

4. Área geográfica de aplicação

O presente Aviso-Concurso tem aplicação na **Região Autónoma da Madeira**.

5. Âmbito Setorial

São elegíveis os **projetos inseridos em todas as atividades económicas**, com **exceção** das que integram:

- a) O setor da pesca e da aquicultura;
- b) O setor da agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados, silvicultura e exploração florestal, a qual inclui o setor da produção agrícola primária e florestas;
- c) O setor da transformação e comercialização de produtos agrícolas constantes do Anexo I do Tratado de Funcionamento da União Europeia, publicado no JOUE de 7 de junho de 2016 e transformação e comercialização de produtos florestais;
- d) Os projetos que incidam nas seguintes atividades previstas na Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, revista pelo Decreto-Lei nº 381/2007, de 14 de novembro, na sua atual redação:
 - i. Financeiras e de seguros - divisões 64 a 66;
 - ii. Lotaria e outros jogos de aposta - divisão 92;
 - iii. Atividades das organizações associativas - divisão 94.

Para além das atividades económicas excluídas no número anterior, **são ainda excluídas as atividades abrangidas** pelos setores sujeitos a restrições europeias específicas em matéria de auxílios estatais, nomeadamente **em matéria de auxílio de minimis** (Regulamento (UE) n.º 1407/2013, de 18 de dezembro, retificado pelo JOUE nº 107, Série L, de 10 de abril de 2014), **assim como em matéria de FEDER**, conforme estabelece a alínea c) do número 3 do artigo 3º do Regulamento (UE) nº 1301/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, a sua atual redação.

6. Condições específicas de acesso

Para efeitos do presente Aviso-Concurso o **beneficiário** da operação, para além contribuir para os objetivos e prioridades enunciados no anterior Ponto 1, deve cumprir, cumulativamente, os seguintes **critérios de elegibilidade**, **previstos no artigo 8º** do Regulamento anexo à Portaria n.º 248/2020, de 3 de junho (ADAPTAR-RAM):

- a) Encontrar-se legalmente constituído a 1 de março de 2020;
- b) Cumprir as condições necessárias para o exercício da atividade;
- c) Dispor de contabilidade organizada nos termos da legislação aplicável;

- d) Comprovar o estatuto de PME, através da certificação eletrónica, prevista no Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, na sua redação atual, através do sítio na Internet do IDE, IP-RAM;
- e) Assegurar os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento do projeto;
- f) Não deter nem ter detido capital numa percentagem superior a 50 %, por si ou pelo seu cônjuge, não separado de pessoas e bens, ou pelos seus ascendentes e descendentes até ao 1.º grau, bem como por aquele que consigo viva em condições análogas às dos cônjuges, em empresa que não tenha cumprido notificação para devolução de apoios no âmbito de um projeto apoiado por fundos europeus;
- g) Ter a situação tributária e contributiva regularizada perante a administração fiscal e a segurança social (autorização de consulta ao IDE, IP-RAM) e as entidades pagadoras dos incentivos, incluindo a situação regularizada em matéria de reposições em projetos apoiados com cofinanciamento dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

Os **critérios de elegibilidade do beneficiário** devem ser **comprovados à data da candidatura** e entregues através dos procedimentos automáticos do Balcão do Portugal 2020, no sítio na Internet <https://balcao.portugal2020.pt>, devendo para o efeito:

- Apresentar uma declaração de cumprimento, subscrita pelo beneficiário sob compromisso de honra, para comprovação das alíneas a) a f) acima descritas;
- Entregar o comprovativo ou dar autorização de consulta ao IDE, IP-RAM, para comprovação da alínea g) anterior.

As empresas devem obter ou atualizar a correspondente **certificação eletrónica**, nos termos previstos no Decreto Legislativo Regional nº 37/2008/M, de 20 de agosto (que adaptou à Região Autónoma da Madeira a certificação eletrónica do estatuto de micro, pequena e média empresas (PME), criada pelo Decreto-Lei nº 372/2007, de 6 de novembro, entretanto, alterado pelo Decreto-Lei nº 143/2009, de 16 de junho).

Para além de critérios de elegibilidade do beneficiário o **projeto** deve cumprir, cumulativamente, os seguintes **critérios de elegibilidade, previstos no artigo 9º** do Regulamento anexo à Portaria n.º 248/2020, de 3 de junho (ADAPTAR-RAM):

- a) Localizar-se na Região Autónoma da Madeira;
- b) Corresponder à realização de uma despesa elegível mínima de € 500 e máxima de € 5.000, por estabelecimento, com um limite máximo de €10.000 por projeto;
- c) Ser executado, no máximo, até 31 de dezembro de 2020;
- d) Estar em conformidade com as disposições legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis.

No caso de **beneficiários que explorem diversos estabelecimentos**, o valor máximo de despesa elegível a apoiar por beneficiário é de €10.000 (dez mil euros), podendo integrar vários estabelecimentos numa única candidatura.

Os projetos deverão ser **executados até 31 de dezembro de 2020**, direcionando a sua intervenção para a adaptação dos seus estabelecimentos face às novas condições de distanciamento físico e de higiene no contexto da pandemia COVID-19, como sejam aquisição de equipamentos de proteção individual, de materiais de higienização, alteração do *layout* de funcionamento, novos métodos de organização do trabalho e de relacionamento com os clientes e fornecedores, garantindo o cumprimento das normas estabelecidas e das recomendações das autoridades competentes e criando condições à retoma da atividade empresarial, salvaguardando a saúde pública.

O incumprimento dos **critérios de elegibilidade do beneficiário e do projeto**, previstos nos artigos 8º e 9º do Regulamento anexo à Portaria n.º 248/2020, de 3 de junho (ADAPTAR-RAM), determina a **não aprovação** ou **revogação** da candidatura.

Os comprovativos das condições de acesso deverão integrar o **dossier do projeto**, o qual deverá ser conservado pelo beneficiário, para efeitos de acompanhamento e demais obrigações constantes do artigo 18º do Regulamento anexo à Portaria n.º 248/2020, de 3 de junho (ADAPTAR-RAM).

Em sede de pedido de pagamento final, o beneficiário deverá entregar os comprovativos do cumprimento dos critérios de elegibilidade, constantes dos artigos 8º e 9º do Regulamento anexo à Portaria n.º 248/2020, de 3 de junho (ADAPTAR-RAM).

7. Regras e limites à elegibilidade de despesas

Para efeitos do presente Aviso-Concurso, **consideram-se elegíveis** as seguintes despesas, **realizadas a partir do dia 18 de março de 2020**:

- a) Aquisição de equipamentos de proteção individual necessários para um período máximo de seis meses, para utilização pelos trabalhadores e clientes em espaços com ou sem atendimento ao público, nomeadamente máscaras, luvas, viseiras e outros;
- b) Aquisição e instalação de equipamentos de higienização e de dispensa automática de desinfetantes, bem como respetivos consumíveis, para um período máximo de seis meses, nomeadamente solução desinfetante;
- c) Contratação de serviços de desinfeção das instalações por um período máximo de seis meses;
- d) Aquisição e instalação de dispositivos de pagamento automático, abrangendo os que utilizem tecnologia *contactless*, incluindo os custos com a contratação do serviço para um período máximo de seis meses;
- e) Custos iniciais associados à domiciliação de aplicações, adesão inicial a plataformas eletrónicas, subscrição inicial de aplicações em regimes de «*software as a service*», criação e publicação inicial de novos conteúdos eletrónicos, bem como a inclusão ou catalogação em diretórios ou motores de busca;
- f) Custos com a reorganização e adaptação de locais de trabalho e de *layout* de espaços às orientações e boas práticas do atual contexto, designadamente, instalação de portas automáticas, instalação de soluções de iluminação por sensor, instalação de dispensadores por sensor nas casas de banho, criação de áreas de contingência, entre outros;
- g) Isolamento físico de espaços de produção ou de venda ou prestação de serviços, designadamente, instalação de divisórias entre equipamentos, células de produção, secretárias, postos ou balcões de atendimento;
- h) Aquisição e instalação de outros dispositivos de controlo e distanciamento físico;
- i) Custos com a aquisição e colocação de informação e orientação aos colaboradores e ao público, incluindo sinalização vertical e horizontal, no interior e exterior dos espaços;
- j) Aquisição de serviços de consultoria especializada para o redesenho do *layout* das instalações e para a elaboração de planos de contingência empresarial e manuais de boas práticas, até ao limite de €500;
- k) Despesas com a intervenção de contabilistas certificados ou revisores oficiais de contas, na validação da despesa dos pedidos de pagamento, até ao limite de €250 e para os efeitos previstos no número 3 do artigo 21º do presente Regulamento. Estas despesas não deverão ser imputáveis à calendarização do projeto por implicar a sua realização em data posterior à conclusão financeira do mesmo.

As **despesas** atrás referidas, apenas **são elegíveis se preencherem** cumulativamente as seguintes condições:

- a) Serem exclusivamente utilizadas no estabelecimento do beneficiário onde se desenvolve o projeto;
- b) Serem adquiridas em condições de mercado, tendo de ser justificadas, em sede de pagamento final, através de faturas pagas ou outros documentos contabilísticos de valor probatório equivalente.

Para a determinação do valor das despesas comparticipáveis é deduzido o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), sempre que o beneficiário do projeto seja sujeito passivo desse imposto e possa exercer o direito à dedução.

Deverão, igualmente, ser cumpridas as **regras de publicitação do apoio**, conforme estabelece a alínea e) do artigo 18º do Regulamento anexo à Portaria n.º 248/2020, de 3 de junho (ADAPTAR-RAM), nomeadamente através da publicação no *website* da empresa de uma Ficha de projeto;

Sem prejuízo do estipulado no presente Aviso-Concurso, as **despesas não elegíveis** são as definidas no artigo 13º do Regulamento anexo à Portaria n.º 248/2020, de 3 de junho (ADAPTAR-RAM), designadamente:

- a) Aquisição de bens em estado de uso;
- b) Imposto sobre o valor acrescentado recuperável ainda que não tenha sido ou não venha a ser efetivamente recuperado pelo beneficiário;
- c) Trabalhos da empresa para ela própria;
- d) Pagamentos em numerário efetuados pelos beneficiários aos seus fornecedores, exceto nas situações em que se revele ser este o meio de pagamento mais frequente, em função da natureza das despesas, e desde que num quantitativo unitário inferior a € 250;
- e) Despesas pagas no âmbito de contratos efetuados através de intermediários ou consultores, em que o montante a pagar é expresso em percentagem do montante cofinanciado ou das despesas elegíveis da operação.

8. Critérios de seleção das candidaturas

As candidaturas são **analisadas e selecionadas** de acordo com os **critérios de elegibilidade** previstos no presente Aviso-concurso e constantes dos artigos 8º e 9º do Regulamento anexo à Portaria n.º 248/2020, de 3 de junho (ADAPTAR-RAM).

As **candidaturas são selecionadas** em função da **data de submissão completa do processo** (dia/hora/minuto) até ao limite orçamental definido no presente Aviso-concurso para apresentação de candidaturas, sem prejuízo do referido limite poder ser reforçado por decisão da Autoridade de Gestão, fixando-se, assim, novo limiar de seleção do concurso.

9. Limite ao número de candidaturas

Ao abrigo do presente Aviso, cada beneficiário, apenas, pode apresentar **uma candidatura**.

10. Forma, taxas de financiamento e limites do apoio

O apoio a conceder no âmbito deste Aviso reveste a forma de **incentivo não reembolsável**, conforme estabelece o artigo 10º do Regulamento anexo à Portaria n.º 248/2020, de 3 de junho (ADAPTAR-RAM).

A **taxa** base de financiamento a atribuir é de **80%** sobre as despesas elegíveis.

Os projetos apoiados no âmbito do presente sistema de apoio respeitam o Regulamento (UE) n.º 1407/2013, de 18 de dezembro, publicado no JOUE nº 352, Série L, de 24 de dezembro de 2013, retificado pelo JOUE nº 107, Série L, de 10 de abril de 2014, relativo aos **auxílios de minimis**.

O **montante total do apoio** a conceder no âmbito do “ADAPTAR-RAM” **não pode exceder o limite** estabelecido no âmbito do enquadramento de *minimis* em vigor.

Nos termos do artigo 3º do Regulamento (UE) n.º 1407/2013 da Comissão, de 18 de dezembro de 2013, na sua atual redação, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios de minimis, determina que:

- O montante total do auxílio *de minimis* concedido por um Estado-Membro a uma empresa única não pode exceder € 200.000 durante um período de três exercícios financeiros.
- O montante total do auxílio *de minimis* concedido por um Estado-Membro a uma empresa única que efetua o transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem não pode exceder €100.000 durante um período de três exercícios financeiros. Este auxílio *de minimis* não pode ser utilizado para a aquisição de veículos de transporte rodoviário de mercadorias.

Para as mesmas despesas elegíveis o incentivo a conceder ao abrigo do presente sistema de apoio **não é cumulável com quaisquer outros apoios**.

11. Período para receção das candidaturas

A **receção de candidaturas** decorrerá entre o dia **8 de junho de 2020** e o dia **31 de julho de 2020 (até às 17.00 horas)**, com uma **dotação máxima FEDER de 2.125.000 euros** (dois milhões cento e vinte e cinco mil euros), podendo este período ser prorrogado, tendo em conta a evolução que se vier a registar do surto pelo SARS-CoV-02.

Apenas são válidas as candidaturas que se encontrem no estado “**Submetido**” até ao horário limite do último dia para submissão de candidaturas. As demais candidaturas que estejam em processo de submissão na hora limite não são válidas nem podem ser aceites no âmbito do presente Aviso, quaisquer que sejam as razões para tal situação.

12. Procedimento para apresentação das candidaturas

As candidaturas são apresentadas no âmbito de um procedimento concursal, no período mencionado no Ponto 11.

As candidaturas são apresentadas através de formulário eletrónico simplificado, disponível na plataforma eletrónica **Balcão do Portugal 2020**.

Para apresentar a candidatura, é indispensável que o beneficiário tenha efetuado o **registo e autenticação no Balcão do Portugal 2020** (para auxiliar nesse registo ver vídeos disponíveis em “[Balcão 2020 - Vídeos de Apoio](#)”). Com essa **autenticação**, é criada uma área reservada, na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, da Região ou do Programa Operacional a que se pretende candidatar. As candidaturas são, obrigatoriamente, enviadas pelo consultor na qualidade de **Super-Utilizador**.

Nessa área reservada, o beneficiário deve confirmar, completar e atualizar os seus dados de caracterização de entidade, que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

Por uma questão de **prudência**, os beneficiários devem evitar a submissão de candidaturas no último ou nos últimos dias do prazo de apresentação de candidatura. A submissão tardia de candidaturas poderá impossibilitar a resolução de eventuais constrangimentos decorrentes do processo de validação/submissão do formulário de candidatura.

Ao abrigo deste Aviso-concurso, o IDR, IP-RAM na qualidade de Autoridade de Gestão do Programa Operacional, pode suspender ou cancelar a receção de candidaturas a qualquer momento, em função do esgotamento da dotação prevista no presente aviso, através de comunicação prévia.

13. Procedimentos de análise e decisão das candidaturas

As **candidaturas são analisadas e selecionadas de acordo com os critérios de elegibilidade** constantes no Regulamento anexo à Portaria n.º 248/2020, de 3 de junho (ADAPTAR-RAM) e previstos neste Aviso.

As candidaturas são selecionadas em função da **data de submissão completa do processo** (dia/hora/minuto) até ao limite orçamental definido no Aviso por concurso para apresentação de candidaturas, sem prejuízo do referido limite poder ser reforçado por decisão da Autoridade de Gestão, fixando-se, assim, novo limiar de seleção do concurso.

A **decisão final** fundamentada sobre as candidaturas é proferida pela Autoridade de Gestão no prazo de **20 dias úteis**, a contar da data da apresentação da candidatura, sob proposta do IDE, IP-RAM na qualidade de Organismo Intermédio, podendo ser favorável, desfavorável ou favorável, mas condicionada à satisfação de determinados requisitos.

O prazo supra referido suspende-se quando sejam solicitados ao beneficiário quaisquer esclarecimentos, informações ou documentos, o que só pode ocorrer, por uma única vez.

A não apresentação pelo beneficiário dos esclarecimentos, informações ou documentos solicitados, no prazo de **10 dias úteis**, determina a **desistência da candidatura**. No caso da entrega parcial da documentação solicitada ser suficiente para prosseguir a análise da candidatura, será emitida a proposta de decisão, podendo resultar no indeferimento da candidatura, quando os elementos em falta sejam determinantes para uma decisão favorável da mesma.

No caso de **proposta de não aprovação ou de aprovação parcial da candidatura**, que não resulte da aplicação direta das disposições previstas no Regulamento anexo à Portaria n.º 248/2020, de 3 de junho (ADAPTAR-RAM), e antes de ser adotada a decisão final, os beneficiários são ouvidos nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 121.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, **suspendendo-se a contagem do prazo fixado de 20 dias úteis** para a adoção da decisão.

Os candidatos são ouvidos no procedimento de **audiência prévia**, nos termos legais, sendo concedido um prazo máximo de **10 dias úteis** para apresentar eventuais alegações contrárias, contados a partir da data da notificação da proposta de decisão, designadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

As propostas de decisão das candidaturas, relativamente às quais tenham sido apresentadas alegações contrárias, são **reapreciadas** a contar da data da apresentação das mesmas (a referida reapreciação inclui análise e respetiva decisão).

Os projetos não apoiados que, em resultado deste processo de **reapreciação** demonstrem o cumprimento dos critérios de elegibilidade e demais condições, serão considerados selecionados e apoiados no âmbito do presente Aviso-Concurso, considerando para o efeito como data de submissão completa a data da respetiva reapreciação, ficando sujeitos à respetiva dotação financeira.

A **decisão final é notificada pelo IDE, IP-RAM** ao beneficiário no prazo de **5 dias úteis** a contar da data da sua emissão.

14. Aceitação da decisão

Nos termos do artigo 16º do Regulamento anexo à Portaria n.º 248/2020, de 3 de junho (ADAPTAR-RAM), a **aceitação da decisão** da concessão do incentivo é feita mediante a assinatura legalmente reconhecida, na qualidade e com poderes para o ato, do **termo de aceitação** ou submetida eletronicamente e autenticada através de meios de autenticação segura nos termos legais, nomeadamente o cartão do cidadão, a chave móvel digital ou outra forma de certificação digital de assinatura.

A decisão de aprovação **caduca** automaticamente caso não seja submetido ou assinado pelo beneficiário o termo de aceitação, no prazo máximo de **30 dias úteis**, a contar da data da notificação da decisão de aprovação, salvo motivo justificado não imputável ao beneficiário e devidamente aceite pelo IDE, IP-RAM, podendo o prazo ser prorrogado por mais **10 dias úteis**.

15. Modalidades e pagamento do apoio

Sem prejuízo do disposto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na sua redação atual, os **pedidos de pagamento** são apresentados pelo beneficiário no Balcão do Portugal 2020, sendo efetuados de acordo com as seguintes modalidades:

- a) **Adiantamento inicial** - com a celebração do termo de aceitação será concedido um adiantamento no montante equivalente a **50%** do incentivo aprovado;
- b) **Saldo** - o pedido a título de pagamento final, deve ser apresentado pelo beneficiário no prazo máximo de 30 dias úteis após a data de conclusão do projeto, salvo casos excecionais devidamente fundamentados e autorizados pelo IDE, IP-RAM.

A ausência de apresentação do pedido de pagamento final no prazo estabelecido constitui fundamento suscetível de determinar a revogação do apoio.

Os comprovativos do cumprimento dos critérios de elegibilidade constantes dos artigos 8º e 9º do Regulamento anexo à Portaria n.º 248/2020, de 3 de junho (ADAPTAR-RAM), deverão ser entregues pelo beneficiário em sede de pedido de pagamento final.

As demais condições encontram-se estabelecidas nos artigos 20º e 21º do Regulamento anexo à Portaria n.º 248/2020, de 3 de junho (ADAPTAR-RAM).

16. Dotação máxima do fundo a conceder

Sem prejuízo do estabelecido no artigo 25º do Regulamento anexo à Portaria n.º 248/2020, de 3 de junho (ADAPTAR-RAM), a dotação máxima indicativa do Fundo **FEDER** corresponde a **2.125.000 euros**.

O total máximo indicativo da dotação financeira prevista para o presente Aviso-Concurso é de **2.500.000 euros**, assegurada em **85%** pela Autoridade de Gestão para a componente FEDER e em **15%** pelo Orçamento da RAM para a componente regional.

(euros)

Programa Operacional	FEDER (85%)	OR (15%)	Dotação financeira total
Madeira 14-20	2.125.000	375.000	2.500.000

17. Indicadores de realização e de resultado

Considerando a natureza excecional destes projetos relacionada com adaptações organizacionais das PME, necessárias para fazer face ao cumprimento das normas e recomendações das autoridades competentes no contexto da pandemia COVID-19, cuja realização e resultado decorrem exclusivamente da concretização do projeto e da admissibilidade dos beneficiários, garantem o alinhamento dos projetos a apoiar com o **indicador de realização do Programa Operacional “Madeira 14-20”** (designadamente “**número de empresas que beneficiam de apoio**”).

Dada a natureza de projetos simplificados, não estão previstos outros indicadores específicos de contratualização, assim como de resultado.

18. Programa Operacional Financiador

O Programa Operacional financiador dos projetos inseridos neste Aviso é o **Programa “Madeira 14-20”**.

19. Organismo Intermédio responsável pela análise

Pelo o artigo 19º do Regulamento anexo à Portaria n.º 248/2020, de 3 de junho (ADAPTAR-RAM), é o **IDE, IP-RAM**, na qualidade de Organismo Intermédio, a quem compete assegurar a gestão do presente sistema de apoio, designadamente a análise dos projetos e emissão das respetivas propostas de decisão, podendo para o efeito solicitar pareceres a outras entidades, a contratação, o pagamento do incentivo e o acompanhamento e encerramento dos projetos, bem como a interlocução com o beneficiário.

20. Divulgação de resultados e pontos de contato

Os beneficiários devem aceder ao sítio do IDE, IP-RAM (www.ideram.pt), ao sítio do “Madeira 14-20” (www.idr.gov-madeira.pt/m1420) e ainda ao sítio “Portugal 2020” (www.portugal2020.pt/Portal2020), para obtenção de informações adicionais acerca de:

- Legislação aplicável;
- Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- Pontos de contato para obter informações adicionais;
- Resultados deste concurso.

21. Tratamento de Dados Pessoais

O beneficiário deve assegurar o cumprimento das regras do **Regulamento Geral de Proteção de Dados**, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativamente a dados pessoais que disponibilizem para efeitos de candidatura e de execução do projeto.

Organismo Intermédio

Instituto de Desenvolvimento Empresarial, IP-RAM
Avenida Arriaga, 21 A, Edifício Golden, 3º Piso
9004-528 Funchal
ide@madeira.gov.pt
telefone: + 351 291 202 170

Autoridade de Gestão

Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM
Travessa do Cabido, nº16
9000-715 Funchal
idr@madeira.gov.pt

A Autoridade de Gestão do Madeira 14-20